FUNDAÇÃO CASA
CENTRO DE ATENDIMENTO
SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE

CONCURSO PÚBLICO

011. PROVA OBJETIVA

ANALISTA ADMINISTRATIVO – ADVOGADO

(CÓDIGOS DE 048 A 052)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 70 questões objetivas.
- Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

PCI Concursos

FUNDAÇÃO vunesp
28.07.2013 | tarde

PCI Concursos

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **06**.

Cultura matemática

Hélio Schwartsman

SÃO PAULO – Saiu mais um estudo mostrando que o ensino de matemática no Brasil não anda bem. A pergunta é: podemos viver sem dominar o básico da matemática? Durante muito tempo, a resposta foi sim. Aqueles que não simpatizavam muito com Pitágoras podiam simplesmente escolher carreiras nas quais os números não encontravam muito espaço, como direito, jornalismo, as humanidades e até a medicina de antigamente.

Como observa Steven Pinker, ainda hoje, nos meios universitários, é considerado aceitável que um intelectual se vanglorie de ter passado raspando em física e de ignorar o *beabá* da estatística. Mas ai de quem admitir nunca ter lido Joyce ou dizer que não gosta de Mozart. Sobre ele recairão olhares tão recriminadores quanto sobre o sujeito que assoa o nariz na manga da camisa.

Joyce e Mozart são ótimos, mas eles, como quase toda a cultura humanística, têm pouca relevância para nossa vida prática. Já a cultura científica, que muitos ainda tratam com uma ponta de desprezo, torna-se cada vez mais fundamental, mesmo para quem não pretende ser engenheiro ou seguir carreiras técnicas.

Como sobreviver à era do crédito farto sem saber calcular as armadilhas que uma taxa de juros pode esconder? Hoje, é difícil até posicionar-se de forma racional sobre políticas públicas sem assimilar toda a *numeralha* que idealmente as informa. Conhecimentos rudimentares de estatística são pré-requisito para compreender as novas pesquisas que trazem informações relevantes para nossa saúde e bem-estar.

A matemática está no centro de algumas das mais intrigantes especulações cosmológicas da atualidade. Se as equações da mecânica quântica indicam que existem universos paralelos, isso basta para que acreditemos neles? Ou, no rastro de Eugene Wigner, podemos nos perguntar por que a matemática é tão eficaz para exprimir as leis da física.

(*Folha de S.Paulo*. 06.04.2013. Adaptado)

01. De acordo com o texto, Steven Pinker aponta que um intelectual reconhecer que chegou à universidade com o conhecimento mínimo necessário de física e sem saber as operações mais básicas de estatística é

(A) intolerável.

(B) admissível.

(C) impossível.

(D) aconselhável.

(E) injustificável.

02. Segundo a opinião do autor do texto,

(A) é possível atingir o sucesso na carreira escolar sem possuir o conhecimento mínimo de matemática, como se comprova pelo resultado de um estudo recente.

(B) a cultura científica é fundamental para quem pretende ser engenheiro ou seguir carreiras técnicas, mas irrelevante para quem quer cursar direito ou jornalismo.

(C) é necessário ter lido as obras mais importantes de alguns autores clássicos da literatura mundial para saber se posicionar sobre políticas públicas.

(D) a cultura científica deve ser tão valorizada quanto a cultura humanística, pois ambas são igualmente indispensáveis para nossa vida prática.

(E) algumas das investigações científicas mais envolventes da atualidade relacionadas à cosmologia estão estreitamente associadas ao conhecimento matemático.

03. Considere o trecho a seguir.

Conhecimentos **rudimentares** de estatística são pré-requisito para compreender as novas pesquisas que trazem informações **relevantes** para nossa saúde e bem-estar. (4.º parágrafo)

Sem que haja alteração de sentido do trecho, as palavras em destaque podem ser substituídas, correta e respectivamente, por:

(A) sofisticados, prescindíveis.

(B) básicos, desnecessários.

(C) elementares, importantes.

(D) avançados, necessários.

(E) essenciais, insignificantes.

04. Releia os trechos apresentados a seguir.

- Aqueles que não simpatizavam muito com Pitágoras podiam **simplesmente** escolher carreiras nas quais os números não encontravam muito espaço... (1.º parágrafo)
- Já a cultura científica, que muitos **ainda** tratam com uma ponta de desprezo, torna-se cada vez mais fundamental... (3.º parágrafo)

Os advérbios em destaque nos trechos expressam, correta e respectivamente, circunstâncias de

(A) afirmação e de intensidade.

(B) modo e de tempo.

(C) modo e de lugar.

(D) lugar e de tempo.

(E) intensidade e de negação.

PCI Concursos

05. Releia o seguinte trecho do 3.º parágrafo do texto:

Joyce e Mozart são ótimos, **mas** eles, como quase toda a cultura humanística, têm pouca relevância para nossa vida prática.

Sem que haja alteração de sentido, e de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, ao se substituir o termo em destaque, o trecho estará corretamente reescrito em:

(A) Joyce e Mozart são ótimos, **portanto** eles, como quase toda a cultura humanística, têm pouca relevância para nossa vida prática.

(B) Joyce e Mozart são ótimos, **conforme** eles, como quase toda a cultura humanística, têm pouca relevância para nossa vida prática.

(C) Joyce e Mozart são ótimos, **assim** eles, como quase toda a cultura humanística, têm pouca relevância para nossa vida prática.

(D) Joyce e Mozart são ótimos, **todavia** eles, como quase toda a cultura humanística, têm pouca relevância para nossa vida prática.

(E) Joyce e Mozart são ótimos, **pois** eles, como quase toda a cultura humanística, têm pouca relevância para nossa vida prática.

06. Considere o seguinte trecho do 4.º parágrafo do texto:

Conhecimentos rudimentares de estatística são pré-requisito para compreender as novas pesquisas que trazem **informações relevantes** para nossa saúde e bem-estar.

Observando as regras de regência verbal e de colocação pronominal, ao se substituir a expressão em destaque por um pronome, o trecho estará corretamente reescrito em:

(A) Conhecimentos rudimentares de estatística são pré-requisito para compreender as novas pesquisas que **as** trazem para nossa saúde e bem-estar.

(B) Conhecimentos rudimentares de estatística são pré-requisito para compreender as novas pesquisas que trazem**-nas** para nossa saúde e bem-estar.

(C) Conhecimentos rudimentares de estatística são pré-requisito para compreender as novas pesquisas que **lhes** trazem para nossa saúde e bem-estar.

(D) Conhecimentos rudimentares de estatística são pré-requisito para compreender as novas pesquisas que trazem**-as** para nossa saúde e bem-estar.

(E) Conhecimentos rudimentares de estatística são pré-requisito para compreender as novas pesquisas que trazem**-lhes** para nossa saúde e bem-estar.

07. Assinale a alternativa correta quanto à concordância, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

(A) Estudos recente demonstram a necessidade de se investir no ensino de matemática nos níveis fundamentais de aprendizagem.

(B) Muito concorrida, carreiras como as de advogado e de jornalista também requerem conhecimento matemático.

(C) A cultura científica, apesar de fundamental para muitas carreiras, ainda é visto com certo desprezo entre alguns estudantes.

(D) Conhecimentos básicos de estatística é de fundamental importância para a compreensão de algumas informações do nosso cotidiano.

(E) A matemática pode ser considerada a base para algumas das mais intrigantes especulações científicas da atualidade.

08. Assinale a alternativa em que a pontuação está corretamente empregada, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

(A) Em alguns meios acadêmicos, as ciências humanas são estreitamente associadas à cultura, porém é perfeitamente aceitável que estudantes admitam não gostar de matemática.

(B) Em alguns meios acadêmicos, as ciências humanas são, estreitamente associadas à cultura, porém é perfeitamente aceitável que estudantes admitam não gostar de matemática.

(C) Em alguns meios acadêmicos, as ciências humanas são estreitamente associadas à cultura, porém, é perfeitamente aceitável, que estudantes admitam não gostar de matemática.

(D) Em alguns meios acadêmicos, as ciências humanas, são estreitamente associadas à cultura, porém é perfeitamente aceitável que estudantes, admitam não gostar de matemática.

(E) Em alguns meios acadêmicos, as ciências humanas são estreitamente associadas à cultura, porém é perfeitamente aceitável que, estudantes admitam, não gostar de matemática.

09. Assinale a alternativa em que a sequência da frase a seguir traz o uso correto do acento indicativo de crase, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

Um bom conhecimento de matemática é indispensável

(A) à todo e qualquer estudante.

(B) à estudantes de nível superior.

(C) à quem pretende carreiras no campo de exatas.

(D) à construção do saber nas mais diversas áreas.

(E) à uma boa formação profissional.

PCI CONCURSOS

Leia a tirinha para responder à questão.

(Disponível em: revistaescola.abril.com.br. Acesso em 08.06.2013)

10. Em – Nem **tente** copiar minhas respostas desta vez... – o verbo em destaque está conjugado no modo imperativo, que é o modo verbal utilizado para expressar, por exemplo, uma ordem, um aconselhamento, ou uma solicitação, como ocorre em:

(A) É possível ter sucesso na carreira escolar sem **saber** o mínimo necessário sobre matemática?

(B) **Poderíamos** investir em outras formas de ensinar para despertar nas crianças o gosto pela matemática.

(C) **Domine** os principais conceitos matemáticos e terá acesso a muitas outras áreas de conhecimento.

(D) Apesar de ser fundamental para algumas carreiras, muitos ainda **tratam** a cultura científica com um certo desprezo.

(E) **Precisamos** conhecer certos cálculos matemáticos para compreendermos algumas informações importantes para o nosso bem-estar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. O conjunto formado por todos os princípios e normas pertencentes ao Direito Administrativo, que criam prerrogativas e sujeições às quais está sujeita a Administração Pública, constitui

(A) o princípio da supremacia do interesse público.

(B) a necessidade de satisfação do interesse coletivo.

(C) uma decorrência do princípio da legalidade.

(D) a definição do interesse público primário.

(E) o regime jurídico administrativo.

12. Assinale a alternativa em que se encontra descrita uma violação ao princípio da proporcionalidade.

(A) Prática, por agente público, de ato que não se encontra previsto no rol de suas competências.

(B) Ato de autoridade que mantém decisão anterior sem motivação específica, remetendo-se somente a manifestação jurídica precedente.

(C) Decretação de sigilo de processo administrativo disciplinar.

(D) Decisão da Administração Pública que determina a demolição de imóvel apenas em razão da pintura da fachada deste estar descascada.

(E) Prática de atos secretos, pois não divulgados, em órgão da Administração Pública.

13. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre poderes da Administração Pública.

(A) O poder hierárquico é um poder interno e permanente, que distribui e escalona as funções dos órgãos e ordena a atuação de seus agentes, sendo exercido, portanto, em relação aos órgãos consultivos, e entre Administração Direta e Indireta.

(B) O poder regulamentar consiste na edição, pelo Chefe do Poder Executivo, de atos gerais e abstratos, ou gerais e concretos, expedidos para dar fiel execução à lei, dependendo, no entanto, de previsão expressa na lei sobre a necessidade de regulamentação.

(C) Os atos administrativos de caráter liberatório, que autorizam o exercício de atividades, por meio, por exemplo, de licenças, autorizações, permissões e concessões, são decorrentes do exercício do poder hierárquico.

(D) A autoridade competente para o exercício do poder disciplinar não poderá aplicar sanções disciplinares diante de fatos notórios, utilizando-se do instituto da verdade sabida, pois a aplicação de qualquer punição disciplinar depende da realização de processo administrativo.

(E) O poder de polícia, concretizado pela atividade da Administração Pública, impõe limitações à liberdade e à propriedade dos particulares, em benefício do interesse público, tendo sempre caráter vinculado.

PCI Concursos

14. É correto afirmar, com relação à Fundação CASA, que

(A) esta é equiparada às autarquias de regime especial, desfrutando, portanto, de maior autonomia em relação à Administração Direta, nos termos da lei de que a instituiu.

(B) foi constituída por dotação patrimonial, possui atribuição de atividade estatal descentralizada, no âmbito social, com capacidade de autoadministração, sendo integrante da Administração Pública Indireta.

(C) por ser constituída como uma fundação pública, instituída por lei, é vedado-lhe o exercício do poder de polícia administrativa na prestação de serviços públicos.

(D) esta se constitui em órgão regulador das políticas públicas relativas a medidas socioeducativas de privação de liberdade e semiliberdade, disciplinando a atuação das entidades não governamentais de proteção ao adolescente.

(E) realiza gestão associada de serviços públicos, destinada à realização de mútua cooperação entre entidades federativas e com personalidade jurídica autônoma, de direito privado.

15. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade, que importa enriquecimento ilícito ou que causa prejuízo ao erário, nos termos da Lei n.º 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), sujeito, dentre outras, às seguintes cominações:

(A) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; ressarcimento integral do dano, quando houver; perda da função pública.

(B) demissão; demissão a bem do serviço público; cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

(C) repreensão; multa na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração; suspensão por até 90 (noventa) dias.

(D) demissão; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada.

(E) advertência; repreensão; multa; suspensão por até 60 (sessenta) dias.

16. Assinale a alternativa que corretamente identifica hipótese de inexigibilidade de licitação.

(A) Para a contratação de serviços técnicos, como assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

(B) Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

(C) Para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

(D) Nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.

(E) Na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

17. Sobre a modalidade licitatória pregão, é correto afirmar:

(A) para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço ou melhor técnica e preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade.

(B) o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 10 (dez) dias úteis.

(C) no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

(D) os licitantes não poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação ainda que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios.

(E) declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação das razões do recurso.

PCI Concursos

18. Nos termos da Lei do Processo Administrativo do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

(A) o órgão colegiado pode delegar suas funções ou a execução material de suas deliberações.

(B) a Administração poderá recusar-se a protocolar a petição que atente contra direitos fundamentais de agentes públicos.

(C) o terceiro afetado por decisão administrativa não poderá dela recorrer, podendo questioná-la apenas em juízo.

(D) o pedido de reconsideração será sempre dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a decisão e ao Governador.

(E) a publicação dos atos sem conteúdo normativo poderá ser resumida.

Direito Constitucional

19. Constitui forma de controle judicial de constitucionalidade, prevista no texto da Constituição da República Federativa do Brasil,

(A) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual.

(B) a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual.

(C) a arguição de descumprimento de preceito fundamental nos conflitos entre a União e os Estados.

(D) representação do Procurador-Geral da República, de intervenção da União nos Municípios.

(E) sustação, pelo Congresso Nacional, dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

20. A competência para legislar sobre proteção à infância e à juventude é

(A) privativa da União, podendo a lei complementar autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas ao tema.

(B) concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, sendo que, na inexistência de lei federal sobre normas gerais, os Estados e o Distrito Federal exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

(C) comum, cabendo a leis complementares fixarem normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

(D) reservada aos Estados, pois é competência não atribuída à União e cabem aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição.

(E) dos Municípios, aos quais cabe legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

21. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, no qual haverá

(A) a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores portadores de deficiência, nos termos de lei complementar.

(B) redução do tempo de contribuição em 1 (um) ano para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério.

(C) o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão pela remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

(D) a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime geral de previdência.

(E) a aposentadoria compulsória, aos setenta anos de idade, com proventos integrais.

22. A Súmula n.º 492 do Superior Tribunal de Justiça estabelece que "o ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente". Assim, caso haja decisão contrária ao entendimento adotado pela súmula, poderá, o adolescente, na tutela de seu direito fundamental à liberdade,

(A) impetrar mandado de segurança.

(B) ajuizar ação anulatória.

(C) exercer seu direito de petição.

(D) impetrar *habeas corpus*.

(E) invocar a assistência jurídica integral e gratuita por insuficiência de recursos.

23. Sobre o Poder Executivo Estadual, é correto afirmar que

(A) os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa do próprio Governador.

(B) se nenhum candidato a Governador alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até trinta dias após a proclamação do resultado.

(C) em caso de impedimento do Governador e do Vice, será chamado ao exercício do Governo Estadual, em primeiro lugar, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

(D) a eleição do Govenador do Estado não importará a do Vice-Governador com ele registrado.

(E) perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observadas as demais disposições constitucionais relativas ao servidor público no exercício de mandato eletivo e aplicáveis a esse caso.

24. A Súmula Vinculante

(A) não poderá ser editada em razão de controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre estes e a administração pública sobre a interpretação de normas determinadas, que acarreta grave insegurança jurídica.

(B) contrariada por ato administrativo não poderá ser objeto de reclamação perante o Supremo Tribunal Federal.

(C) poderá ter sua aprovação, revisão ou cancelamento provocado por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

(D) uma vez editada vincula os demais órgãos do Poder Judiciário, não alcançando a Administração Pública.

(E) poderá ser suspensa pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal por razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social.

25. Assinale a alternativa correta sobre finanças públicas.

(A) O Poder Executivo publicará, até 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária prevista no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias.

(B) A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

(C) Não serão admitidas emendas ao projeto de lei do orçamento anual, à lei de diretrizes orçamentárias e ao plano plurianual.

(D) É permitido o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, desde que previstos na lei de diretrizes orçamentárias.

(E) O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto tem natureza impositiva.

26. É dever do Estado assegurar

(A) os direitos previdenciários e trabalhistas do adolescente, observada a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis anos.

(B) obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer pena privativa da liberdade aos menores de 18 (dezoito) anos.

(C) a criação de programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, mediante políticas específicas, de forma direta, sendo vedada a participação de entidades não governamentais.

(D) a integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

(E) programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins, obrigatoriamente sob o regime de internação compulsória.

Direito Civil

27. Acerca dos direitos inerentes à personalidade, é correto afirmar:

(A) cessam após a morte de seu titular.

(B) são, em regra, transmissíveis.

(C) sua violação não gera dever de indenizar.

(D) são prescritíveis.

(E) são, em regra, irrenunciáveis.

28. Assinale a alternativa correta no que tange à responsabilidade e atribuições do Ministério Público no âmbito das fundações.

(A) A fundação não federal situada no Distrito Federal é fiscalizada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

(B) A alteração no estatuto da fundação, quando aprovada por votação unânime, dispensa aprovação pelo órgão do Ministério Público.

(C) Presente a fundação em mais de um Estado, será responsável o Ministério Público do Estado onde a fundação iniciou suas atividades.

(D) Quando a aprovação da alteração do estatuto da fundação não for unânime pelos seus membros competentes, o Poder Judiciário não poderá suprir a falta de aquiescência do Ministério Público.

(E) As atribuições do Ministério Público limitam-se à fiscalização das atividades da fundação.

29. Juan, aos 16 anos, recebeu uma procuração de seu pai, Rogério, com a finalidade de alienar um automóvel da família. Juan ofereceu o veículo ao seu amigo Marcos, maior de idade, que comprou o bem pelo preço médio de mercado, por meio de contrato verbal. Passados 30 (trinta) dias, Marcos se arrependeu da compra e procurou Juan para tentar desfazer o negócio, ameaçando buscar o Poder Judiciário caso Juan não concordasse.

Nesse cenário, assinale a alternativa correta.

(A) Marcos pode pleitear a anulação do negócio jurídico, com base no direito de arrependimento.

(B) O negócio celebrado é plenamente nulo, na medida em que o relativamente incapaz não pode ser mandatário.

(C) Decaiu o direito de Marcos para pleitear a anulação do negócio jurídico.

(D) O negócio jurídico foi regularmente celebrado, não havendo vício que possibilite o desfazimento.

(E) Marcos poderá invocar a incapacidade relativa de Juan para pleitear a nulidade do negócio jurídico.

30. Assinale a alternativa correta acerca do instituto da prescrição.

(A) A prescrição pode ser interrompida por, no máximo, 3 (três) vezes.

(B) A apresentação de título de crédito em juízo de inventário é causa de interrupção da prescrição.

(C) A contagem de prazo da prescrição civil não está subordinada à decisão no âmbito criminal, ainda que a ação dependa de fato a ser apurado nesta esfera.

(D) Não corre a prescrição contra os menores púberes e viciados em tóxicos.

(E) A interrupção da prescrição que prejudica o devedor principal não repercute no prazo contra o fiador.

31. Assinale a alternativa correta sobre o contrato de doação.

(A) Não é admitida a estipulação de condição resolutiva para que o patrimônio doado retorne ao patrimônio do doador, se este sobreviver ao donatário.

(B) Não se admite a doação condicionada ao cumprimento de encargos em benefício do interesse geral.

(C) Nas doações onerosas, o doador está sujeito às consequências da constatação de vício redibitório.

(D) A revogação da doação por ingratidão é imprescritível.

(E) As doações onerosas estão sujeitas à revogação por ingratidão, ainda que cumprido o encargo pelo donatário.

32. Entende-se por evicção

(A) o direito do vendedor de recomprar a coisa vendida, restituindo ao comprador o preço desembolsado, acrescido de juros e correção monetária.

(B) a possibilidade do alienatário rejeitar o bem que adquiriu, reclamando a restituição do preço pago, em razão de vícios ou defeitos ocultos.

(C) o direito de arrependimento do comprador, que poderá ser exercido em havendo disposição contratual expressa nesse sentido.

(D) a cláusula que permite ao alienante reservar para si a propriedade do bem até que o preço acertado seja integralmente pago.

(E) a perda da coisa pelo alienatário, em razão de decisão favorável que atribua a terceira pessoa, que não o alienante, a propriedade, posse ou uso do bem.

33. Assinale a alternativa correta, em matéria de responsabilidade civil.

(A) No caso de homicídio, a indenização contempla a prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia.

(B) Em caso de ofensa à honra objetiva, a fixação de indenização depende de prova do prejuízo material.

(C) O critério para indenização é a extensão do dano, independentemente do grau de culpa do agente.

(D) A restrição da liberdade pessoal por denúncia falsa não é indenizável, em respeito ao interesse público da medida.

(E) No caso de lesão, a indenização se limita às despesas com tratamento e lucros cessantes até o fim da convalescença.

34. Assinale a alternativa correta com relação à característica do título de crédito, de acordo com o Código Civil de 2002.

(A) Em regra, é admitida a cláusula proibitiva de endosso inserida no título.

(B) Uma vez que o título for colocado em circulação, em regra, o aval não pode ser cancelado.

(C) Em regra, o aval nos títulos de crédito pode ser total ou parcial.

(D) O título de crédito, em regra, é estritamente vinculado ao negócio jurídico que deu causa à sua confecção.

(E) É vedado o aval lançado após o vencimento do título.

Direito Processual Civil

35. Tommaso Abrantes, funcionário público estadual, deixou cair pela janela do edifício, onde exerce as suas funções, uma escada de metal que utilizava para organizar os arquivos de seu setor. O objeto quebrou o vidro da janela, atravessou-a e caiu em Luiz Rogério Camargo, que passava no local no momento do acidente. O transeunte, que se feriu gravemente e necessitou de atendimento médico, ingressou com Ação em face do ente público a fim de ser reparado civilmente. Considerando que o ente público pretende que seu funcionário ocupe, de imediato, a sua respectiva posição processual nos autos, assinale a alternativa que indica o instituto adequado para tal.

(A) Litisconsórcio passivo.

(B) Nomeação à autoria.

(C) Oposição interventiva.

(D) Denunciação à lide.

(E) Chamamento ao processo.

36. A competência poderá ser modificada mediante convenção escrita das partes, quando tratar-se de competência

(A) em razão da matéria e da hierarquia.

(B) em razão do valor e do território.

(C) funcional.

(D) em razão da matéria e do valor.

(E) em razão da hierarquia e do território.

37. Assinale a alternativa correta.

(A) Versando a causa sobre direitos que admitam transação, o juiz designará audiência preliminar, para a qual serão as partes intimadas a comparecer, devendo estas estarem representadas por procurador.

(B) Se, em audiência preliminar, não for obtida a conciliação, o juiz obrigatoriamente designará audiência de instrução e julgamento.

(C) Ocorrendo a revelia, conhecerá o juiz diretamente do pedido, proferindo sentença.

(D) Se o direito em litígio não admitir transação, o juiz poderá dispensar a audiência preliminar e, desde logo, conhecer diretamente do pedido e proferir sentença.

(E) Ocorrendo a desistência da ação, o autor não poderá intentá-la novamente.

38. Quanto à resposta do réu, assinale a alternativa correta.

(A) A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, obsta ao prosseguimento da reconvenção.

(B) Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, inclusive se, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação.

(C) Todas as matérias que devem ser alegadas preliminarmente à discussão do mérito poderão ser reconhecidas de ofício pelo juiz.

(D) A prescrição, a decadência e a perempção são matérias que devem ser discutidas no mérito de uma contestação.

(E) Presumem-se verdadeiros os fatos não impugnados em defesa, salvo se não admissível, a seu respeito, a confissão.

39. Quanto à fase de cumprimento de sentença, assinale a alternativa correta.

(A) Efetuado o pagamento parcial no prazo legal, a multa de dez por cento incidirá sobre o restante.

(B) Caso o oficial de justiça não possa proceder à avaliação do bem a ser penhorado, por depender de conhecimentos especializados, o juiz, se houver requerimento da parte nesse sentido, nomeará avaliador, assinando-lhe breve prazo para a entrega do laudo.

(C) Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de dez dias, o montante da condenação poderá ser acrescido de multa no percentual de dez por cento.

(D) Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor não é lícito promover simultaneamente a execução daquela e, em autos apartados, a liquidação desta.

(E) Quando em face da sentença que verse sobre obrigação de fazer houver sido interposto recurso, o cumprimento de sentença será provisório.

40. Não admitido o recurso extraordinário, caberá recurso

(A) ordinário constitucional, ao Supremo Tribunal Federal.

(B) especial, ao Superior Tribunal de Justiça.

(C) de agravo, na forma de instrumento.

(D) de agravo, nos próprios autos.

(E) de embargos de declaração, com efeitos infringentes.

41. Quanto às medidas cautelares, é correto afirmar:

(A) serão instauradas, necessariamente, durante o curso do processo principal e deste serão dependentes.

(B) somente serão concedidas pelo juízo após audiência das partes.

(C) terão sua eficácia assegurada na pendência do processo principal e durante o período de suspensão do processo, não sendo possível modificá-las.

(D) o requerido será citado, qualquer que seja o procedimento cautelar, para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.

(E) quando interposto o recurso, serão requeridas diretamente ao tribunal.

42. No que tange à ação popular, é correto afirmar:

(A) é parte legítima para a sua propositura qualquer cidadão, servindo de prova, para ingresso em juízo, a certidão de nascimento.

(B) sua sentença terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes* somente nas situações previstas pela lei, já que não consiste em regra.

(C) da sentença que julgar a ação procedente, caberá apelação que será recebida com duplo efeito.

(D) das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderão recorrer somente a parte e o Ministério Público.

(E) ao Ministério Público caberá o acompanhamento da ação, sendo-lhe facultado assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.

Direito da Criança e do Adolescente

43. Assinale a alternativa correta a respeito da medida de internação.

(A) O adolescente será liberado compulsoriamente, quando a tiver cumprido por mais de três anos ininterruptamente, sendo vedada a colocação em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.

(B) A observância do princípio da legalidade impõe a fixação de prazo determinado para o seu cumprimento.

(C) É de três meses o prazo máximo de internação de adolescente que, reiterada e injustificadamente, descumpre medidas anteriormente impostas.

(D) O prazo prescricional para a aplicação da medida é fixo e igual a quatro anos.

(E) Na análise da pertinência da aplicação da medida, o conceito de "reiterado cometimento de outras infrações graves" segue o regime jurídico atribuído à reincidência penal.

44. Assinale a alternativa correta referente ao direito à vida e à saúde no Estatuto da Criança e do Adolescente.

(A) O direito da gestante de ser atendida pelo Sistema Único de Saúde limita-se ao período pré-natal.

(B) A vacinação infantil não é direito fundamental previsto no ECA, por ser mera recomendação das autoridades sanitárias.

(C) Hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a encaminhar a criança para entidade de acolhimento institucional ou familiar, quando a mãe manifestar o interesse de entregar o filho para adoção.

(D) O atendimento à saúde da criança e do adolescente pelo Sistema Único de Saúde não compreende o fornecimento de medicamentos, próteses ou o atendimento por outros profissionais da saúde.

(E) A criança ou o adolescente tem direito a acompanhamento integral de um dos pais ou responsável em caso de internação médica.

45. Assinale a alternativa correta referente ao direito à educação.

(A) Os pais ou responsável que não matriculam criança na rede regular de ensino estão sujeitos ao pagamento de multa administrativa.

(B) O abandono voluntário de menor da frequência à escola enseja a aplicação de medida socioeducativa de advertência.

(C) O direito ao acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência impede a continuidade dos estudos em escola mais distante, mesmo quando a criança ou os pais se opunham à mudança.

(D) A escolarização do adolescente é facultativa no regime de semiliberdade, e, obrigatória, no regime de internação.

(E) O ensino noturno regular a adolescentes é permitido apenas aos que não tiveram acesso na idade própria.

46. A respeito da profissionalização e proteção no trabalho de adolescente, pode-se afirmar:

(A) o trabalho noturno pode ser desempenhado por adolescente empregado, sendo vedado seu exercício apenas ao adolescente aprendiz.

(B) a disciplina referente à proteção ao trabalho dos adolescentes no ECA afasta a aplicação da CLT.

(C) é proibido o exercício de atividade laborativa por menores de dezesseis anos, inclusive na condição de aprendiz.

(D) a aprendizagem requer oferecimento de formação técnico-profissional compatível com o desenvolvimento do adolescente em horário especial, garantindo-se, no caso, acesso e frequência obrigatória ao ensino regular.

(E) descaracteriza-se como trabalho educativo o recebimento de remuneração por adolescente que participe de programa destinado a essa finalidade.

47. Assinale a alternativa correta quanto a aspectos do direito à convivência familiar.

(A) Uma vez inserida em programa de acolhimento familiar ou institucional, a criança ou adolescente não poderá mais ser reintegrado ao convívio familiar.

(B) A permanência da criança ou do adolescente em programa de acolhimento institucional não poderá ser superior a dois anos, salvo disposição em contrário da autoridade judiciária, que deverá observar em sua decisão o princípio do superior interesse e a comprovada necessidade da medida.

(C) O direito do guardião de opor-se a terceiros, inclusive aos pais, impede o exercício do direito de visitas dos pais.

(D) É permitida a atribuição da guarda a terceiro para fins exclusivamente previdenciários, quando os pais não tiverem recursos suficientes para a mantença da criança ou do adolescente.

(E) O poder familiar será exercido conjuntamente pelo pai e pela mãe, mas a autoridade judiciária o exercerá na falta ou impedimento de qualquer dos pais.

48. Em relação ao procedimento de apuração de ato infracional, pode-se afirmar:

(A) o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será imediatamente encaminhado à Vara da Infância e da Juventude.

(B) o comparecimento de qualquer dos pais ou responsável do adolescente que foi apreendido em flagrante de ato infracional enseja a pronta liberação, ilidindo a internação.

(C) é de cento e oitenta dias o prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento na hipótese de internação preventiva.

(D) a defesa técnica por advogado é obrigatória em todo e qualquer procedimento em que se apurar prática de ato infracional.

(E) a intimação da sentença que aplica qualquer medida socioeducativa será feita obrigatoriamente na pessoa do adolescente, dos pais ou responsável e na de seu defensor.

49. Assinale a alternativa correta acerca do Conselho Tutelar.

(A) O Conselho Tutelar é órgão encarregado pelo Estado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

(B) Cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção do Conselho Tutelar de cada município.

(C) O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar é serviço público relevante, sendo proibida a remuneração de seus membros.

(D) As atribuições do Conselho Tutelar limitam-se à apuração de maus-tratos, faltas injustificadas, evasão escolar e elevados níveis de repetência.

(E) As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

50. Quanto à disciplina jurídica das entidades de atendimento no ECA, pode-se afirmar:

(A) a fiscalização de seu funcionamento é de competência exclusiva do Ministério Público.

(B) em caso de descumprimento de suas obrigações, as entidades governamentais que desenvolvem programas de internação estão sujeitas a medidas de advertência, afastamento temporário ou definitivo de seus dirigentes, e fechamento de unidade ou interdição do programa.

(C) o Conselho Tutelar do município é o responsável pela manutenção do registro dos programas de atendimento realizados pelas entidades.

(D) a manutenção delas é de responsabilidade do Estado, sendo vedada a participação da iniciativa privada na política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

(E) quando realizam programas de internação, são dispensadas do oferecimento de atividades culturais, esportivas ou de lazer, ante a obrigatoriedade do uso dos recursos existentes na comunidade.

Direito Individual do Trabalho

51. Em consonância com o entendimento sumulado pelo TST, assinale a alternativa correta com relação à responsabilidade da Administração Pública no tocante à terceirização na contratação de serviços.

(A) Respeitados os parâmetros da Lei n.º 8.666/93 para a contratação de serviços terceirizados, não haverá responsabilidade do ente público quando do inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador.

(B) Haverá responsabilidade subsidiária dos entes integrantes da Administração Pública direta e indireta na contratação de serviços terceirizados quando houver inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador, desde que comprovada a culpa daqueles quanto à fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços empregadora.

(C) O mero inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da prestadora de serviços empregadora implica no reconhecimento da culpa dos entes integrantes da Administração Pública direta e indireta para fins de declaração de sua responsabilidade subsidiária.

(D) A contratação irregular de trabalhador mediante empresa interposta, se não respeitados os parâmetros da Lei n.º 8.666/93, gera vínculo direto com o ente da Administração Pública indireta.

(E) Nos termos da nova redação da súmula 331 do TST, não há hipótese de condenação dos entes integrantes da Administração Pública direta e indireta na contratação de serviços terceirizados.

52. Com relação aos intervalos intrajornada e interjornada previstos na CLT, é correto afirmar:

(A) considerando-se a obrigatoriedade do descanso semanal remunerado, entre uma e outra jornada de trabalho quando do gozo deste, deverá haver um intervalo mínimo de 24 horas.

(B) a CLT exige expressamente a celebração de acordo coletivo ou convenção coletiva para a compensação de horas.

(C) a redução do intervalo intrajornada somente é permitido se houver autorização de ato do Ministro do Trabalho e Previdência Social, se o estabelecimento atender integralmente às exigências concernentes à organização dos refeitórios e quando os empregados não estiverem trabalhando em regime de sobrejornada.

(D) é dispensada a permissão prévia da autoridade competente em matéria de trabalho para o labor em domingos nas atividades que por sua natureza ou pela conveniência pública devam ser exercidas nesse dia.

(E) se o intervalo para refeição e repouso não for corretamente concedido, este deverá ser remunerado com o adicional de 50% se a jornada extrapolar os limites legalmente previstos.

53. Conforme entendimento sumulado da mais alta corte trabalhista, no que diz respeito às estabilidades provisórias no contrato de trabalho, está correta a assertiva:

(A) para a concessão da estabilidade acidentária no caso de doença profissional é imprescindível ter o empregado percebido auxílio doença acidentário durante a vigência do contrato.

(B) a eleição do cipeiro garante-lhe a estabilidade provisória no emprego, mesmo que a candidatura tenha ocorrido no curso do aviso prévio trabalhado.

(C) a gestante faz jus à estabilidade provisória decorrente de sua condição, mesmo que a gravidez tenha ocorrido no curso do contrato de experiência.

(D) ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista admitido, mediante aprovação em concurso público, é garantida a estabilidade prevista no artigo 41 da CF/1988.

(E) a garantia de emprego do cipeiro subsiste mesmo com a extinção do estabelecimento de trabalho, já que aquela não constitui vantagem pessoal, mas sim, garantia para a proteção dos trabalhadores que o elegeram.

54. Considerando-se os dispositivos celetistas com relação à cessação, suspensão e interrupção do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) Sem prejuízo dos salários, dentre outras hipóteses, o empregado pode deixar de comparecer ao serviço por dois dias a cada doze meses de trabalho para doação voluntária de sangue e 3 dias consecutivos ou não, em virtude de casamento.

(B) Havendo pedido de rescisão indireta do contrato de trabalho por culpa do empregador é facultado ao empregado, independentemente da falta praticada pelo empregador, permanecer prestando serviços até decisão final do processo.

(C) Cancelada a aposentadoria por invalidez, deverá o empregador promover a rescisão contratual do empregado, pagando-lhe as indenizações devidas, respeitando-se, porém, eventual estabilidade acidentária.

(D) Nos contratos de prazo determinado, se o empregado decidir pelo rompimento antes do prazo pré-fixado, ele deverá indenizar o empregador, pagando-lhe metade dos dias faltantes para o término desse prazo.

(E) A suspensão disciplinar não deve exceder o prazo máximo de 30 dias, sob pena de rescisão injusta do contrato de trabalho.

Direito Coletivo do Trabalho

55. No que tange à negociação coletiva para fins de elaboração das convenções coletivas de trabalho, é correto afirmar:

(A) ao servidor público civil, nos termos da CF/88, é garantido o direito à livre associação sindical e, consequentemente, à negociação coletiva para fins de fixação de reajuste salarial.

(B) não havendo sindicato representativo da categoria profissional ou econômica, a negociação coletiva é atribuição das confederações correspondentes a esta.

(C) os acordos e convenções coletivas de trabalho somente podem ser estipulados pelo prazo mínimo de um ano e, máximo, de dois anos.

(D) as convenções coletivas podem ser celebradas diretamente pelas empresas com os sindicatos representativos da categoria de seus empregados.

(E) a Constituição Federal de 1988 passou a exigir o comum acordo entre as partes para o ajuizamento do dissídio coletivo.

56. Considerando-se a previsão constitucional com relação ao direito coletivo do trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) Os aposentados têm direito de voto nas eleições sindicais, mas não de serem votados.

(B) A contribuição da categoria profissional para custeio do sistema confederativo depende de previsão em instrumento coletivo e pode ser cobrada tanto dos empregados sindicalizados como dos não sindicalizados.

(C) Em questões judiciais, aos sindicatos cabe apenas a defesa dos interesses coletivos da categoria.

(D) Ao Poder Público, são vedadas a interferência e a intervenção na organização sindical, bem como, ressalvado o registro no órgão competente, a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato.

(E) É possível a pluralidade sindical cabendo, porém, aos trabalhadores e empregadores fixarem a base territorial para tanto.

57. Nos termos da legislação infraconstitucional que regula o direito de greve, assinale a alternativa correta.

(A) É vedada a rescisão de contrato de trabalho durante a greve, bem como a contratação de trabalhadores substitutos, salvo se se tratar de serviços ou atividades essenciais.

(B) A cessação coletiva do trabalho é facultada após frustração da negociação coletiva ou se verificada a impossibilidade de recurso via arbitral.

(C) Os empregadores ou a entidade patronal deverão ser notificados com antecedência mínima de 24 horas, da intenção da paralisação.

(D) O período de duração da greve é tratado como interrupção do contrato de trabalho.

(E) São considerados serviços ou atividades essenciais, dentre outros, o de assistência médica e hospitalar, o de transporte coletivo e o de vigilância bancária.

58. No tocante às entidades sindicais, sindicalização e empregados sindicalizados, pode-se afirmar que

(A) ao empregado sindicalizado é assegurada, em igualdade de condições, preferência na concessão de empréstimos simples concedidos pelas agências financeiras do governo ou a ele vinculadas.

(B) é dispensável a qualidade de sindicalizado para o exercício de função representativa de categoria econômica ou profissional em órgão oficial de deliberação coletiva.

(C) é vedada a sindicalização do empregado aposentado.

(D) não perderá os direitos de associado ou sindicalizado aquele que deixar o exercício da atividade ou de profissão.

(E) a contribuição sindical é obrigatória e equivale a 1% da remuneração do empregado sobre o salário do mês de março de cada ano.

Direito Processual do Trabalho

59. Com relação à audiência trabalhista, considerando-se a previsão celetista, é correto afirmar que

(A) a CLT prevê a possibilidade da realização de três tipos de audiência: unas, de instrução e de julgamento.

(B) a única forma prevista legalmente para apresentação da defesa do reclamado é que seja aduzida no prazo de 20 minutos na audiência.

(C) se por doença ou motivo poderoso não for possível ao empregado comparecer à audiência designada, poderá se fazer substituir por familiar ou por representante do sindicato de sua categoria.

(D) o empregador poderá se fazer substituir por preposto que tenha conhecimento dos fatos, devendo este ser obrigatoriamente seu empregado.

(E) a saída dos litigantes da audiência somente é permitida após o término da oitiva das testemunhas.

60. Sobre o sistema recursal trabalhista, considerando-se o disposto na CLT e o entendimento sumulado do TST, está correta a seguinte assertiva:

(A) o agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição suspende a execução da sentença.

(B) nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST.

(C) a interposição antecipada dos recursos não prejudica o pagamento do depósito recursal que deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso.

(D) a contagem do quinquídio para apresentação dos originais de recurso interposto por intermédio de fac-símile começa a fluir do dia subsequente à interposição do recurso, se esta se deu antes do termo final do prazo.

(E) o recurso adesivo é compatível como processo do trabalho e cabe no prazo de 8 dias, sendo necessário, porém, que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

61. Considerando-se o disposto na CLT, quanto à competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) Em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação na localidade em que o empregado tenha domicílio.

(B) A competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, salvo se contratado noutro local ou no estrangeiro.

(C) Se o empregado prestar serviços em diversos locais, a Vara competente para apreciar o feito será sempre a do último local de prestação de serviços, independentemente do tempo em que lá tenha trabalhado.

(D) Compete às Varas do Trabalho processar e julgar os inquéritos para apuração de falta grave do empregado estável.

(E) Compete às Varas do Trabalho realizar as diligências e praticar os atos processuais ordenados pelos Tribunais Regionais do Trabalho e estes, os ordenados pelo Tribunal Superior do Trabalho.

62. Sobre a prova no processo do trabalho, assinale a assertiva correta.

(A) O depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz, devendo a parte interessada requerer a presença deste até 5 dias antes da data designada para a audiência, sob pena de preclusão da prova.

(B) Em se tratando de procedimento sumaríssimo, a parte deverá apresentar rol de testemunhas, sob pena de serem ouvidas apenas as que comparecerem, independentemente de intimação ou cujo convite puder ser comprovado, para posterior intimação.

(C) Se a testemunha for funcionário civil ou militar, e tiver de depor em hora de serviço, será requisitada ao chefe da repartição para comparecer à audiência designada.

(D) O documento em cópia oferecido para prova poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade, sendo que se impugnada a autenticidade, a parte deverá juntar ao autos as cópias devidamente autenticadas por cartório.

(E) No procedimento sumaríssimo, todas as provas serão produzidas na audiência de instrução de julgamento, desde que requeridas previamente.

Direito Penal

63. Em relação ao crime, salvo disposição em contrário, na hipótese de tentativa, a pena será

(A) correspondente na sua forma integral a do crime consumado.

(B) correspondente ao crime consumado, diminuída obrigatoriamente de um terço.

(C) agravada se o resultado do crime for obtido por dolo do agente.

(D) equivalente a do crime consumado, se o crime for culposo.

(E) correspondente ao crime consumado, mas diminuída até dois terços.

64. O Código Penal trata da culpabilidade em vários pontos. Abandonado o chamado sistema do *doppio binário* ou da *due sanzioni*, a reforma penal de 1984 adotou, em toda a sua extensão, o sistema vicariante, eliminando definitivamente a aplicação dupla de pena e medida de segurança para os imputáveis e semi-imputáveis. A aplicação conjunta de pena e medida de segurança ofenderia, dessarte, o princípio

(A) da legalidade.

(B) da anterioridade da lei penal.

(C) da proporcionalidade.

(D) do *ne bis in idem.*

(E) da culpabilidade.

65. A expressão "coisa alheia móvel", do artigo 155 do Código Penal, refere-se

(A) ao elemento subjetivo do tipo.

(B) ao elemento objetivo do tipo.

(C) ao elemento normativo do tipo.

(D) à objetividade normativa própria.

(E) à objetividade normativa imprópria.

66. Pode-se afirmar, como característica essencial da lei temporária, ser:

(A) decorrido o período para o qual foi promulgada, voltar a viger.

(B) previamente fixada, em termos de vigência, pelo legislador.

(C) excepcional como a situação fática que a deflagrou.

(D) excepcional como a lei posterior que a revogou.

(E) geral, substanciosa e irretroativa.

67. Segundo o disposto no artigo 9.º do Código de Processo Penal, todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, após,

(A) o inquérito deverá terminar no prazo de 30 dias.

(B) a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências.

(C) serão rubricadas pela autoridade.

(D) realizar-se-ão as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público.

(E) será promovida a análise pelo Ministério Público da legalidade do produzido.

68. Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou

(A) determinará, *in casu*, quem tenha qualidade para representá-lo na ação pública adesiva.

(B) requisitará informações complementares sobre o fato e a autoria.

(C) remeterá ao Juízo ou Tribunal competente para conhecer do processo.

(D) insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.

(E) insistirá para que, na formação de um juízo prelibatório, o Tribunal se manifeste concomitantemente.

69. Consoante o artigo 70 do Código de Processo Penal, a competência será, de regra, determinada pela(o)

(A) residência ou domicílio do réu-autor.

(B) lugar em que se consumar a infração.

(C) natureza da infração penal.

(D) precedência da distribuição.

(E) predomínio da de maior graduação.

70. Considera-se fonte independente aquela que, por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal,

(A) seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

(B) evidenciaria com claridade o nexo de causalidade entre as circunstâncias.

(C) derivada, paradoxalmente, pudesse ser obtida por uma fonte independente das primeiras.

(D) ordenasse, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes.

(E) determinasse, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

PCI Concursos